

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

INSPEÇÃO ESCOLAR

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INSPEÇÃO ESCOLAR

DISCIPLINA: GESTÃO DE RECURSOS DA ESCOLA
RESUMO
A Matemática Comercial e Financeira é diariamente utilizada nas finanças escolares e o técnico em Secretaria Escolar deve estar preparado para analisar e interpretar as situações que se apresentam para poder tomar a decisão mais correta. Imagine, por exemplo, que o pai de um aluno deseja saber quanto deverá pagar por um curso que durará um ano.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 À AULA 6 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none"> ● CASTANHEIRA, N. P. Noções básicas de matemática comercial e financeira. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008. ● CASTANHEIRA, N. P.; MACEDO, L. R. D. de. Matemática financeira aplicada. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2010.

DISCIPLINA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
RESUMO
A centralidade do PPP da escola está relacionada às políticas públicas e à gestão educacional. Portanto, ao discutirmos sobre ele, precisamos considerar as concepções de gestão e a implementação de processos de participação e decisão, analisando, assim, o papel da gestão ao elaborá-lo. O maior desafio está na interatividade, no diálogo e na flexibilização subsidiada pela gestão. Esta, por sua vez, necessita ter caráter democrático. Vale ressaltar ainda a existência da gestão educacional no contexto da escola pública, que abarca as diferentes concepções e práticas de planejamento. Diante disso, reflita sobre o questionamento a seguir: De que forma a gestão escolar pode envolver o grupo (docentes, comunidade, administrativos) na construção e reconstrução do PPP?
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 GESTÃO E PLANEJAMENTO: PERSPECTIVA HISTÓRICA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA E SUA RELAÇÃO COM O CONTEXTO EDUCACIONAL PLANEJAMENTO: FUNÇÕES E FINALIDADES PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL GESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL
AULA 2 PLANEJAMENTO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS PLANEJAMENTO: DIMENSÕES, NÍVEIS E DESDOBRAMENTOS PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ETIMOLOGIA PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO A EQUIPE GESTORA NA ARTICULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
AULA 3

A ESCOLA COMO LOCAL DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DO PPP NO CONTEXTO ESCOLAR
PPP COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA
O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO PARA EFETIVAÇÃO DO PPP COMO
INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA
PPP COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

AULA 4

FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
ETAPAS DO PLANEJAMENTO DO PPP
MARCO REFERENCIAL OU SITUACIONAL
DIAGNÓSTICO
PROGRAMAÇÃO

AULA 5

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E AS FINALIDADES DA ESCOLA
IGUALDADE E QUALIDADE
AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO
PRESSUPOSTOS DO PROJETO

AULA 6

DESDOBRAMENTOS DO PPP – PLANEJAMENTO NO CONTEXTO EDUCACIONAL
CONSELHO ESCOLAR
TIPOS DE PLANEJAMENTO
PLANEJAMENTO ELABORADO PELO PROFESSOR
PLANO DE AULA

BIBLIOGRAFIAS

- RODRIGUES, T. S. de A.; SCHMITZ, H.; FREITAS, A. G. B. de. Planejamento educacional no Brasil: análises sobre o Plano Nacional de Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano de Ações Articuladas. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, 9, 2012, João Pessoa. Anais... João Pessoa, 2012. p. 1919-1929. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.7_8.pdf.
- TOLEDO, C. de A. A. de.; RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Ratio studiorum. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm.
- VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Org.). Escola: espaço do projeto polítipopedagógico. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2000. p. 200 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). ZUNG, A. Z. K. A teoria da administração educacional: ciência e ideologia. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 48, p. 39-46, fev. 1984. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741984000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

DISCIPLINA:
GESTÃO EDUCACIONAL

RESUMO
O objetivo dessa disciplina é promover uma reflexão sobre as questões históricas relativas à administração, para que, assim, possamos compreender a evolução desse conceito e sua aplicabilidade à educação, buscando contribuir para a ressignificação do papel do pedagogo frente à gestão educacional da escola, já que este deve ser o mediador da prática educativa escolar.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 HISTÓRIA E AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO FASES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO TGA ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL X ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR TEORIAS ADMINISTRATIVAS E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO EDUCACIONAL
AULA 2 A EMPRESA E A ESCOLA A ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA ESCOLA: EDUCAÇÃO ESCOLA VERSUS NOVAS GERAÇÕES
AULA 3 CONCEITO DE GESTÃO GESTÃO EDUCACIONAL GESTÃO ESCOLAR GESTÃO ESCOLAR VERSUS GESTÃO EMPRESARIAL O TRABALHO NA ESCOLA
AULA 4 A FUNÇÃO DA ESCOLA BÁSICA CONCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA OS FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL
AULA 5 PRÁXIS DA GESTÃO ESCOLAR A UTOPIA NA PRÁXIS ESCOLAR LIMITES NA PRÁXIS ESCOLAR DESAFIOS NA PRÁXIS ESCOLAR PAPEL DO GESTOR NO ESPAÇO ESCOLAR
AULA 6 ÓRGÃOS COLEGIADOS GESTÃO E OS ÓRGÃOS COLEGIADOS CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) GESTÃO E O PPP

GESTÃO E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**BIBLIOGRAFIAS**

- BARTNIK, Helena L. de Souza. Gestão Educacional. Curitiba: Ibpex, 2011.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 7ª ed. São Paulo: Campus, 2004.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DISCIPLINA:**PERSPECTIVAS CURRICULARES CONTEMPORÂNEAS****RESUMO**

Esta disciplina tem por objetivo apresentar o conceito de currículo, introduzir as dimensões que o envolvem, desde a esfera de sua produção no campo normativo até a prática escolar (no qual este materializa-se), assim como contextualizar como vem sendo concebido com base na lógica de funcionamento das reformas educativas globais (REGs), que serão abordadas ao longo das aulas, tendo, para cada temática, algumas especificações necessárias para compreendê-la nas escalas de sua expansão tanto global quanto local.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**AULA 1**

INTRODUÇÃO

CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO PRESENTE NAS REFORMAS EDUCATIVAS GLOBAIS (REGS)

CURRÍCULO E A PRÁTICA ESCOLAR: RELAÇÕES ENTRE A MACROPOLÍTICA E A MICROPOLÍTICA ESCOLAR

CURRÍCULO COMO PERCURSO: ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

PRÉ-IDEAÇÃO DO PROJETO FORMATIVO E SUA RELAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR PRESENTE

AULA 2

INTRODUÇÃO

CURRÍCULO PRESCRITO FRENTE AO PROCESSO DE RECONTEXTUALIZAÇÃO

PAPEL DA AUTONOMIA INTELLECTUAL E DA COLETIVIDADE NA ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO RECONTEXTUALIZAÇÃO

ENTRE O PROJETO FORMATIVO COMPARTILHADO E PROJETO FORMATIVO

DESCONEXO: PAPEL DA PRÁXIS NO PROCESSO FORMATIVO

CONTEÚDO E FORMA: CONCEPÇÃO INTEGRAL NA CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO A TEORIA DAS COMPETÊNCIAS

A PRODUÇÃO DA POLÍTICA CURRICULAR SOB OS MODELOS DE GOVERNO E DE GOVERNANÇA

PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS: QUAL SUJEITO PARA O SÉCULO XXI?

A GEOGRAFIA EPISTEMOLÓGICA DA PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS

AULA 4

INTRODUÇÃO

A RELAÇÃO DA BNCC E A IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS NO BRASIL PARA OS TRÊS NÍVEIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA
 A BNCC DA EDUCAÇÃO INFANTIL
 A BNCC DO ENSINO FUNDAMENTAL
 BNCC DO ENSINO MÉDIO

AULA 5

INTRODUÇÃO

OS CONTORNOS COMUNS DA BNCC PARA AS TRÊS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA QUAL PROJETO PEDAGÓGICO?

BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES QUAL PROPOSTA PEDAGÓGICA?

DIFERENCIANDO POLÍTICAS CURRICULARES DE TIPO VERTICALIZADO E HORIZONTALIZADO COMO CADA UMA DELAS INTERFERE NO PROJETO PEDAGÓGICO LOCAL

O PAPEL ATRIBUÍDO À TÉCNICA NA IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

AULA 6

INTRODUÇÃO

A CONCEPÇÃO DE DOCÊNCIA PRESENTE NA BNCC

A CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR PRESENTE NA BNCC

A CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO PRESENTE NA BNCC

FUNÇÃO ATRIBUÍDA AO CURRÍCULO COM ALTO GRAU DE PRESCRIÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- FREITAS, L. C. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- HIGUERAS, J. L. I. A reforma educacional chilena na América Latina (1990 – 2020): circulação e regulação de políticas através do conhecimento. 2014. 306 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais na Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253951/1/InzunzaHigueras_JorgeLuis_D.pdf.
- RAVITCH, D. Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

RESUMO

Denota-se que planejar é um envolvimento, um ato necessário para programar ou efetivar uma ação, partindo de metas, objetivos, metodologias, recursos e conteúdos até a avaliação. É um instrumento fundamental para o âmbito da pedagogia, afinal, trata-se de uma formação humana que tem como escopo os humanos: o instrumento planejar simboliza contemplar o outro e ver no outro as potencialidades que podem ser afloradas. Traçando um resgate histórico do planejamento educacional no Brasil, verifica-se que ele teve significativas mudanças, principalmente no que diz respeito ao seu significado, que partiu de um modelo extremamente tecnicista e metódico para uma concepção normativo/prescritiva da realidade e, então, para uma dimensão mais estrategista, englobando definição de diretrizes que orientam a transformação da realidade e do sujeito, bem como incluindo objetivos e metas de

maneira a contemplar a formação do sujeito e valorizar as suas potencialidades. No entanto, vale destacar que muitas instituições praticam, ainda, o planejamento pautado em roteiros prontos e ultrapassados, que se utilizam de transposições didáticas e até mesmo de improvisos para a realização do trabalho em sala de aula

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CENÁRIO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO
EDUCAÇÃO ESCOLAR, PEDAGOGIA ESCOLAR
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL – CONTEXTO EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO E QUALIDADE EDUCACIONAL
DIALOGICIDADE NO PLANEJAR

AULA 2

A EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR
REFLEXÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: LEI 13.005/2014)
DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUANTO AO PLANEJAMENTO
CONHECIMENTO DA REALIDADE
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA ESCOLA: ARTICULAÇÃO E NECESSÁRIA
DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA

AULA 3

A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR
A AVALIAÇÃO E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
DIVERSIDADE NAS PRÁTICAS AVALIATIVAS
A ESCOLA VERIFICA OU AVALIA A APRENDIZAGEM?
INTERVENÇÕES PARA A PÓS-AVALIAÇÃO

AULA 4

EQUÍVOCOS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
A AVALIAÇÃO PROCESSUAL
CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO
SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO

AULA 5

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO
A IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA NO PLANEJAR EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO DIDÁTICO
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL SOB UM OLHAR FILOSÓFICO
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO SISTEMA
ESCOLAR BRASILEIRO

AULA 6

FUNÇÕES DA ESCOLA
NATUREZA E FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO HUMANA

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none"> • GARAUDY, R. Projeto esperança. Rio de Janeiro: Salamandra. 1978. LUCKESI, C. C. Planejamento e avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica. Disponível em: luckesi.pdf/html. • HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Planejamento. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; Objetiva, 2009. • SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL
RESUMO
Nesta disciplina abordaremos a legislação educacional do Brasil, numa perspectiva crítica da natureza das leis e do planejamento da educação brasileira na atual conjuntura. Alguns importantes conceitos serão trabalhados sobre a democratização da educação básica, como funcionam os sistemas de ensino, bem como a legitimidade dos planos em nível nacional, referentes às políticas educacionais, considerando, nesse contexto, a atuação do Ministério da Educação (MEC) como parte do aparelho de Estado.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NATUREZA DAS LEIS E NORMAS COMPLEMENTARES SISTEMAS DE ENSINO: ENSINAR E APRENDER GESTÃO DA EDUCAÇÃO REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS RELAÇÕES ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS</p> <p>AULA 2 INTRODUÇÃO TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO EDUCACIONAL FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PERSPECTIVA CRÍTICA E CONCEITOS FUNDANTES ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – LEI N. 8.069/1990 E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO</p> <p>AULA 3 INTRODUÇÃO APLICAÇÃO DA LDB NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONSTRUÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL NA LDB: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA ENSINO FUNDAMENTAL NA LDB9394/96 LEI N. 13.415/2017 - O “NOVO” ENSINO MÉDIO</p>

AULA 4

INTRODUÇÃO

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): LIMITES E AVANÇOS

DISPOSITIVOS LEGAIS DA LDB 9394/96 RELATIVOS À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
 AVALIAÇÃO EM GRANDE ESCALA: AÇÕES DO MEC, DAS SMES, DAS SEEDS
 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): BASES DE SUSTENTAÇÃO
 EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: COMO PROCEDER?

METAS DO PNE 2014/2024: ENTRE A POSSIBILIDADE E A REALIDADE

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNE 2014/2024: RESISTÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA
 ESFERA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A PERCORRER

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC: ESTRUTURA E PROPÓSITOS

A BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES, LIMITES CONCEITUAIS E
 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO

BNCC - RESOLUÇÃO N. 04/2018: PERCURSO DE CONSTRUÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- _____. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm.
- _____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

DISCIPLINA:

GESTÃO DEMOCRÁTICA

RESUMO

Nesta disciplina iremos contextualizar as teorias da administração e traçar um paralelo com o trabalho da gestão na escola. Você irá compreender que as teorias da administração estão muitas vezes ligadas a uma lógica empresarial, a qual nós professores, pedagogos e diretores não nos sentimos à vontade para experienciar em nossas práticas pedagógicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**AULA 1**

INTRODUÇÃO

TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE BASES GERENCIAIS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
 BRASILEIRA

ORGANISMOS MULTILATERAIS E AS INFLUÊNCIAS SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA
 EDUCACIONAL NO BRASIL

A LDB E A GESTÃO DEMOCRÁTICA
A GESTÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DO TRABALHO COLETIVO

AULA 2

INTRODUÇÃO

O TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O TRABALHO COM A ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL

O TRABALHO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL

O PEDAGOGO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA

AULA 3

INTRODUÇÃO

TRABALHO COM A DIVERSIDADE DE APRENDIZAGENS NA ESCOLA

PEDAGOGO E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA

PEDAGOGO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA FORMATIVA

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO EM AMBIENTE HOSPITALAR E DOMICILIAR

AULA 4

INTRODUÇÃO

TRABALHO DO DIRIGENTE ESCOLAR E DO PEDAGOGO NA GESTÃO

DEMOCRÁTICA

CONSELHOS ESCOLARES E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA

GESTÃO FINANCEIRA DESCENTRALIZADA: NOVAS DEMANDAS PARA A ESCOLA
PÚBLICA

ASSOCIAÇÕES DE PAIS E GRÊMIOS ESTUDANTIS - INSTÂNCIAS DE GESTÃO
COLEGIADA

AULA 5

INTRODUÇÃO

O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO 2014/2024 COMO INSTRUMENTO DE
PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
2014/2024

DESAFIOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
2014/2024

DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014/2024

AULA 6

INTRODUÇÃO

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DESAFIOS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA

IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS COLETIVOS NA ESCOLA PARA O TRABALHO
PEDAGÓGICO

IMPORTÂNCIA DO PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO PARA O PROCESSO DO
ENSINO-APRENDIZAGEM

AVALIAÇÕES DOS SISTEMAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

BIBLIOGRAFIAS

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ● PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016. ● SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. ● SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. |
|---|

DISCIPLINA: ENSINO HÍBRIDO

RESUMO

<p>Blended significa misturado em português e learning quer dizer aprendizagem. Essa “aprendizagem misturada” entre ensino presencial e ensino on-line gerou a conceitualização para o ensino híbrido, que é uma proposta de ensino que pretende valorizar o melhor do presencial e do on-line.</p>

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

<p>INTRODUÇÃO BREVE HISTÓRICO NO MUNDO NO BRASIL INOVAÇÃO DISRUPTIVA NO ENSINO</p>
--

AULA 2

<p>INTRODUÇÃO MODELO ROTAÇÃO MODELO FLEX MODELO À LA CARTE MODELO VIRTUAL ENRIQUECIDO</p>

AULA 3

<p>INTRODUÇÃO O PROFESSOR DO SÉCULO XXI O PROFESSOR DO ENSINO HÍBRIDO PROFESSOR CURADOR DESAFIOS E PAPEL DO PROFESSOR</p>

AULA 4

<p>INTRODUÇÃO PROTAGONISMO E AUTONOMIA AMBIENTES HÍBRIDOS DE APRENDIZAGEM O ALUNO NO ENSINO HÍBRIDO CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES HÍBRIDOS</p>
--

AULA 5

<p>INTRODUÇÃO FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO</p>

TECNOLOGIA DIGITAL NO ENSINO HÍBRIDO
 RECURSOS DIDÁTICOS TECNOLÓGICOS
 TIPOS DE RECURSOS DIDÁTICOS TECNOLÓGICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

AVALIAÇÃO NO ENSINO HÍBRIDO

VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

ALIANDO TECNOLOGIA E AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO ONLINE E AVALIAÇÃO PRESENCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Portaria n. 2.253, de 18 de outubro de 2001. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 out. 2001. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/legislacao/p2253.pdf>.
- _____. Portaria n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a oferta de carga horária a distância em disciplinas presenciais. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 dez. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf.
- _____. Portaria n. 1134, de 10 de outubro de 2016. Regulamenta a oferta de carga horária a distância em disciplinas presenciais. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 out. 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1988/portaria-n-1134>.

DISCIPLINA:

GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO

Ao nos remetermos ao ambiente escolar, um dos profissionais que tomam a frente de inúmeras situações ocorridas no dia a dia educacional é, sem dúvida, o pedagogo. Com certeza você lembra desse profissional atuando em alguma escola em que estudou, assim como dos afazeres que ele exercia diariamente, porém, não imagina a grandeza e importância de suas ações para toda a comunidade escolar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**AULA 1**

ELEMENTOS DEFINIDORES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO
 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

AULA 2

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA
 DESAFIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM BASE NO
 PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

AULA 3

MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA
 CONHECENDO OS MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA

AULA 4

MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA

CONHECENDO OS MECANISMOS DE AÇÃO COLETIVA NA ESCOLA

AULA 5

O QUE É O CONSELHO DE CLASSE?

DESAFIOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE

AULA 6

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

DESAFIO DO PEDAGOGO EM RELAÇÃO À ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA

BIBLIOGRAFIAS

- SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados, 2003. www.inep.gov.br

DISCIPLINA:

TECNOLOGIA EDUCACIONAL

RESUMO

A inovação, assunto muito discutido na atualidade, vem se expandido de maneira considerável no Brasil e no mundo. Muitas vezes, a inovação é vista somente como a aplicação de melhores soluções, para atender a novos requisitos ou necessidades de mercado existentes. Para ser considerada inovação, uma ideia deve ser replicável a um custo econômico e satisfazer uma necessidade específica. A inovação envolve a aplicação deliberada de informações, imaginação e iniciativa na obtenção de valores maiores ou diferentes dos recursos, e inclui todos os processos pelos quais novas ideias são geradas e convertidas em produtos úteis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**AULA 1**

INTRODUÇÃO

INOVAÇÃO: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (CTS)

TECNOLOGIAS INOVADORAS – INTRODUÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO

MOBILIDADE TECNOLÓGICA – A SOCIEDADE QUE NAVEGA PELO TOQUE NA TELA
DISPOSITIVOS MÓVEIS

ARMAZENAMENTO EM NUVEM

APLICATIVOS BANCÁRIOS – TRANSAÇÕES FINANCEIRAS EM ALGUNS CLIQUES

AULA 3

INTRODUÇÃO

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COMO ALIADOS AO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

AS TICS NA EDUCAÇÃO

MUDANÇAS NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO FRENTE ÀS TI

AULA 4

INTRODUÇÃO
 REALIDADE VIRTUAL
 SIMULAÇÕES DE COMPUTADOR
 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
 JOGOS E GAMIFICAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO
 INOVAÇÃO NO TURISMO E DESENVOLVIMENTO
 INOVAÇÃO E PROGRAMAS SUSTENTÁVEIS - OS ODS E OS GRANDES BENEFÍCIOS
 PARA O PLANETA
 CIDADES INTELIGENTES
 NANOCIÊNCIA E NANOTECNOLOGIA

AULA 6

INTRODUÇÃO
 INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO
 INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE
 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO CENÁRIO ECONÔMICO
 DETERMINANTES E RESULTANTES DA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- FONTANINI, J. I. C.; CARVALHO, H. G. O papel das inovações incrementais em processos no ambiente industrial. Revista Tecnologia e Humanismo, v.19, n. 29, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpr.edu.br/rth/article/view/6367/4018>.
- GRINSPUN, M. P. S. Educação Tecnológica. In: GRINSPUN, M. P. S. (Org.). Educação Tecnológica: desafios e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- INOVAR. Dicionário Michaelis, [S.d.]. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/inovar/>.

DISCIPLINA:

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RESUMO

Quando falamos de Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), estamos, de fato, falando de uma visão sistêmica do processo educacional. Trata-se da organização que apresenta e justifica as metas e as prioridades da escola e do trabalho docente diante dos objetivos de aprendizagem – no nosso caso, para a educação infantil. Ou seja, organizar o trabalho pedagógico nada mais é do que pensar a escola e o que faremos nesse espaço para cumprir o que consideramos ser os objetivos de aprendizagem para a educação infantil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**AULA 1**

OBJETIVOS FORMATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL
 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL – DCNS
 PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
 CUIDAR E EDUCAR: O TRABALHO ARTICULADO PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL

AULA 2

ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ROTINAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
METODOLOGIAS DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS E PROJETOS
CANTOS DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MATERIAIS E POSSIBILIDADES DE OBJETOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

AULA 3

DESVENDANDO O CONCEITO DE “BRINCADEIRA”
A BRINCADEIRA COMO LINGUAGEM DA CRIANÇA
INTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL
JOGOS E BRINQUEDOS – AMPLIANDO DISCUSSÕES
RECONCEITUANDO A “BRINCADEIRA LIVRE” NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

AULA 4

EXPRESSÃO VISUAL – O LUGAR DA ARTE NO TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
EXPRESSÃO MUSICAL – O LUGAR DA MÚSICA NO TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
A EXPRESSÃO CORPORAL E O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
DIVERSIDADE CULTURAL – A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
LEITURA, ESCRITA E MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AULA 5

CONCEITO DE CAMPOS DE EXPERIÊNCIA
APRESENTAÇÃO DOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA SEGUNDO A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
APRENDIZAGEM COM BASE NA EXPERIÊNCIA E NOS SENTIDOS
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM RELAÇÃO AOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA
CAMPOS DE EXPERIÊNCIA E A ARTICULAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS, POLÍTICOS E ESTÉTICOS

AULA 6

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PARECER DESCRITIVO, PORTFÓLIO E TABELAS DE VERIFICAÇÃO
OBSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO AVALIATIVO
AUTONOMIA – A IMPORTÂNCIA DESSE FATOR PARA O “SEGUIR EM FRENTE”
AFETIVIDADE NOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – O ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO ESCOLAR DA CRIANÇA

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, 2006.

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, 2010.

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL
RESUMO
O processo de avaliação por certo é figurativamente comparável a uma exuberante onda revolta que envolve em suave abraço o lindo mar azul para, após, repousar sobre praias em imorredoura calmaria. É neste contexto, ora de mar revolto, ora de calmaria, que este trabalho inicia as suas atividades, tomando por horizonte o tema genérico da avaliação institucional, que se esmera em propiciar condições favoráveis para que diferentes vertentes educativas possam alcançar concretude de benefício social de longo alcance. Desde que as instituições educativas de qualquer nível escolar começaram a se fazer presentes formalmente mundo afora, alguma forma avaliativa de sua gestão, bem como do desempenho dos seus estudantes, começou a se fazer presente.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 EVOLUÇÃO ACADÊMICA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA CONVIVÊNCIA DE OBJETIVOS ENTRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO ACADÊMICA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PERMITE ENXERGAR MAIS E MELHOR AQUILO QUE SE PRETENDE VISUALIZAR AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO APORTE INDUTOR DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO NOVO MARCO LEGAL DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL CLAMA POR EXCELÊNCIA EDUCATIVA</p> <p>AULA 2 APRENDIZAGEM: RELAÇÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL COM A AVALIAÇÃO AVALIAÇÃO E PESQUISA ESTABELECEM SIMILITUDE NO FORMATO DE IMPLEMENTAÇÃO SER AVALIADO É ESTAR SENSÍVEL À CONTRIBUIÇÃO DE OUTREM: MÁXIMAS EM AVALIAÇÃO CONHECER-SE MELHOR COMO PRESSUPOSTO DE VALORIZAÇÃO HUMANA PELA AVALIAÇÃO A AVALIAÇÃO PRECONIZA SERMOS HUMANOS EM TUDO O QUE FAZEMOS</p> <p>AULA 3 O AVALIADOR PODERÁ OBTER SUCESSO SE SUA RELAÇÃO DE EMPATIA COM A AVALIAÇÃO FOR EXITOSA AVALIAR COM INICIATIVAS INOVADORAS FACILITA A APRENDIZAGEM E O DESEMPENHO ESTUDANTIL A INOVAÇÃO EM AVALIAÇÃO TEM RAZÃO DE SER COM RECURSOS HUMANOS DE ESPÍRITO INOVADOR INICIATIVAS INOVADORAS DE AVALIAÇÃO, SIM; PRÁTICAS ULTRAPASSADAS, NÃO A AVALIAÇÃO É INOVADORA QUANDO OS SEUS CAMINHOS A CONDUZEM A RESULTADOS ESPLENDOROSO</p>

AULA 4

ESCOLA EM CICLOS: INCLUSÃO ESCOLAR COM POSITIVO APORTE PEDAGÓGICO FAMILIAR

FILOSOFIA DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA EM CICLOS E AMPARO PEDAGÓGICO FAMILIAR

A AVALIAÇÃO QUE PROTAGONIZA ORIENTAÇÃO À APRENDIZAGEM E AO DESEMPENHO NA ESCOLA EM CICLOS

CIRCUNSCRIÇÃO FUNCIONAL DA ESCOLA EM CICLOS NO BRASIL E EM OUTROS PAÍSES

PROTAGONISMO DA ESCOLA EM CICLOS ANTE A “PRIMAZIA” FUNCIONAL DE OUTROS FORMATOS EDUCATIVOS

AULA 5

PERCURSO DE TECNOLOGIAS EDUCATIVAS DE ANTANHO E NO TEMPO PRESENTE RELEVÂNCIA DO USO DE TECNOLOGIA NA MEDIAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS

FORMAÇÃO DOCENTE: MUITO TEORIA COM PRECÁRIA TECNOLOGIA

TECNOLOGIAS SOFISTICADAS OU NÃO, O SEU USO FAZ DIFERENÇA PEDAGÓGICA

TECNOLOGIAS: MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUPORTE À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 6

DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA TÉCNICA DO PASSADO À DO PREDOMÍNIO TECNOLÓGICO NO TEMPO PRESENTE

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ACESSO DEMOCRÁTICO PRIVILEGIADO A BENEFÍCIOS EDUCATIVOS

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: VIA DEMOCRÁTICA E PRAZEROSA DE INCLUSÃO

TECNOLOGIA: LASTRO PEDAGÓGICO POR EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA FORMADORA DE RECURSOS HUMANOS

AVALIAÇÃO PRAZEROSA COM APORTE TECNOLÓGICO CONFERE À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PLENA RAZÃO DE SER

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2014. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 abr. 2014.
- _____. Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 dez. 2017a.
- _____. Portaria n. 19, de 13 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 dez. 2017f.